

## Comentários sobre natureza humana e trabalho alienado em Karl Marx

Marieli Machiavelli\*  
Rubens Vinícius da Silva\*\*

A teoria elaborada por Karl Marx tem como um de seus eixos fundamentais o conceito de alienação, o qual se encontra intimamente conectado com sua manifestação real e concreta na história das sociedades de classes e do capitalismo em particular: o trabalho alienado. O objetivo do presente texto é discutir em linhas gerais os conceitos de natureza humana e de trabalho alienado na obra do fundador do marxismo, cuja produção teórica se constituiu num clássico do pensamento humano e ainda hoje continua fornecendo contribuições essenciais para a análise crítica dos mais diversos fenômenos sociais.

Num primeiro momento, será delineada de modo bastante breve a primeira aproximação de Marx com relação ao conceito de alienação, a partir de sua análise crítica da concepção que permeava a filosofia alemã, especialmente nas obras de Hegel e na discussão entabulada por Feuerbach. A segunda parte é escrita com vistas a reforçar a defesa da continuidade e aprofundamento teórico-conceitual em toda a trajetória intelectual de Marx, com base numa sintética digressão acerca do seu conceito de trabalho alienado, relacionando-o com sua concepção de natureza humana. No entendimento aqui exposto, ambos os conceitos são indissociáveis, de modo que o trabalho alienado não pode ser entendido sem esclarecer previamente o conceito de natureza humana no pensamento marxista.

Para tanto, será feita uma fundamentação na discussão sistematizada nos *Manuscritos de Paris de 1844* (publicados no Brasil com o título de “Manuscritos Econômico-Filosóficos”), sobretudo o texto dedicado ao trabalho alienado, presente no terceiro manuscrito. De forma subsidiária traremos passagens de outros trabalhos, com destaque para duas de suas obras fundamentais: *A Ideologia Alemã* (na qual expõe pela primeira vez de forma sistemática sua concepção materialista da história) e *O Capital* (obra máxima, dedicada ao estudo da gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista).

---

\* Socióloga. Doutoranda em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

\*\* Sociólogo. Doutorando em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

## A concepção de alienação na filosofia alemã: Marx crítico de Hegel e Feuerbach

Como se evidencia através das diferentes formas de aplicação do conceito de alienação de Marx na “linha do tempo” de suas obras, Hegel influenciou seus escritos. É a partir deste autor que Marx constitui sua concepção da dialética, desenvolvendo e aprofundando radicalmente a ideia hegeliana de que o mundo constitui um processo permeado pela totalidade e historicidade.

Entretanto, Hegel não levava em consideração a totalidade das relações sociais capitalistas e sua historicidade para além dos estreitos limites da consciência burguesa. Ele desconsiderava que as relações sociais são um produto social e histórico, a expressão real de determinadas formas de atividade dos seres humanos vivos, reais, históricos, concretos, que contraem entre si determinadas relações, independentes de sua vontade, devido à necessidade de produção e reprodução de sua vida material. A crítica de Marx se expressa no modo como Hegel concebe fenômenos do capitalismo, como a riqueza, o poder estatal desvinculados da atividade real dos seres humanos, percebendo parcialmente o fenômeno da alienação:

Quando Hegel concebe a riqueza, o poder do Estado, etc., como entidades alienadas do ser *humano*, concebe-os apenas na sua forma de pensamento – por consequência uma alienação do pensamento filosófico *puro*, isto é, abstrato. [...] Toda a *história da alienação* e toda retratação da alienação se reduz, portanto, à *história da produção* do pensamento abstrato, isto é, do pensamento absoluto, lógico especulativo. A *desapropriação* que forma interesse real da alienação e a abolição da alienação, é oposição do *em si e para si*, da *consciência* e da *autoconsciência*, do *objeto* e do *sujeito*, isto é, a oposição do pensamento abstrato e da realidade sensível ou da existência sensorial real, no interior do próprio pensamento (MARX, 2003, p. 176-177, grifos no original).

Assim, Marx demonstra que a concepção hegeliana trata a alienação como um fenômeno da consciência, circunscrito à atividade mental: as oposições hegelianas se dão “no interior do próprio pensamento”, quer dizer, apartadas da totalidade das relações sociais e cuja historicidade só existe reduzida à condição de “história da produção do pensamento abstrato”, puramente especulativo. Embora seja verdadeiro que a alienação produza processos que atingem a consciência (e a própria consciência pode ser alienada), o elemento central em Marx reside no trabalho alienado. Diferentemente de Marx, Hegel não concebe a alienação como uma relação social.

Hegel expressa um dos sentidos filosóficos da filosofia alemã acerca do termo alienação. Cabe recordar que os usos e definições da palavra alienação divergem de acordo com cada sistema filosófico onde se inserem. Mesmo assim, na maioria das concepções filosóficas, a alienação é entendida como um fenômeno da consciência. Em resumo, tal como no sistema filosófico de Hegel (criticado por Marx) a alienação aparece como um problema da atividade mental. Sinteticamente, é possível concluir que o sentido comum atribuído ao termo alienação concebe este fenômeno restrito ao âmbito da consciência ou da mente humana, como aborda a psiquiatria (VIANA, 2012).

Além de Hegel, Feuerbach também exerceu influência sobre a concepção de alienação elaborada por Karl Marx. Feuerbach mostrou que através da religião o ser humano projeta em Deus qualidades superiores, qualidades que na verdade são humanas e que são descoladas do mesmo. Marx é o único dos jovens hegelianos que faz referência a Feuerbach quando se trata do materialismo para manter uma relação crítica e estruturada do pensamento de Hegel. Em textos como *Manuscritos de Paris* (publicados postumamente e sob o termo não escolhido por Marx, de “Econômico-Filosóficos”) e *A Sagrada Família*, Marx demonstra seu reconhecimento em relação à Feuerbach (MARX, 2003; MARX; ENGELS, 2003). É neste autor que Marx encontra pela primeira vez o pensamento sobre a necessidade de se fazer uma inversão materialista da filosofia de Hegel:

Feuerbach é o único a ter tido uma atitude séria, crítica com a dialética hegeliana, tendo feito verdadeiras descobertas nesse domínio; ele, em suma, é o verdadeiro vencedor da antiga filosofia. A grandeza com que executou e a simplicidade discreta com que Feuerbach a entregou ao mundo criam um contraste surpreendente com a atitude inversa de outros (MARX; ENGELS, 2003, p.173).

Para Marx e Engels (2003) a grande façanha de Feuerbach é primeiramente ter demonstrado que a filosofia é a religião em forma de ideias e que é desenvolvida pelo pensamento, é uma consequência da alienação do ser humano. A segunda façanha é ter fundado o verdadeiro materialismo, muito embora ainda num plano contemplativo e sem levar em conta o agente real do processo de superação revolucionário que o desenvolvimento do materialismo histórico posteriormente irá evidenciar: o proletariado. Isso se encontra em germe na primeira e quarta *Teses sobre Feuerbach*, escritas por Marx em 1845:

A insuficiência principal de todo o materialismo até aos nossos dias (o de Feuerbach incluído) é a de a coisa (*Gegenstand*), a realidade, o mundo

sensível, serem tomados apenas sob a forma do **objeto (*Objekt*)** ou da **contemplação (*Anschauung*)**; mas não como **atividade humana sensível, práxis**, não subjetivamente. Daí o lado ativo desenvolvido abstratamente, em oposição ao materialismo, pelo idealismo – o qual naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos (*Objekten*) sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não toma a própria atividade humana como atividade **objetiva (*gegenständliche Tätigkeit*)**. Daí que na **Essência do Cristianismo**, apenas considere a atitude teórica como a genuinamente humana, ao passo que a práxis é apenas tomada e fixada na sua forma de manifestação sordidamente judaica. Daí que ele não compreenda o significado da atividade “revolucionária”, de “crítica prática”. [...] Feuerbach parte do fato da auto-alienação religiosa, da duplicação do mundo num mundo religioso e num mundo mundano. O seu trabalho consiste em resolver o mundo religioso na sua base mundana. Mas que a base mundana se erga acima de si própria e se fixe, num reino autônomo, nas nuvens, é de explicar apenas a partir da autodivisão e do contradizer-se a si mesma desta base mundana. É esta mesma, portanto, que em si própria tem de ser tanto entendida na sua contradição como praticamente revolucionada (MARX, 2004, pp.107-8, grifos no original).

Feuerbach fez da relação social do homem ao homem o princípio básico da teoria, “o princípio básico da teoria haver oposto à negação da negação, que se pretendia o absolutamente positivo, outro positivo baseado em si mesmo e fundamentado positivamente por si mesmo.” (MARX; ENGELS, 2003, p.173). Assim, a assimilação realizada por Marx da concepção filosófica do termo alienação por parte dos filósofos alemães Hegel e Feuerbach é manifestação embrionária do seu desenvolvimento intelectual posterior, marcado pela crítica ao trabalho alienado e da concepção da alienação como relação social que emerge nos locais de produção de mercadorias, caracterizado pelo controle da atividade do trabalhador pelo não-trabalhador.

### **Marx: a natureza humana e o trabalho alienado**

Conforme sucintamente exposto no tópico anterior, vimos que Marx esboça uma resignificação do conceito de alienação presente concepção hegeliana e também na de Feuerbach, com base numa crítica aos dois eminentes filósofos alemães. O avanço de Marx reside no reconhecimento do conceito de trabalho como ponto de partida para o entendimento deste fenômeno social e da alienação que se manifesta concretamente na sociedade capitalista. Neste segundo tópico demonstraremos que a alienação é uma relação social de controle existente no capitalismo. O conceito de alienação está presente em toda a extensão do desenvolvimento teórico de Marx, sendo retomado e usado desde os primeiros escritos até sua produção final.

Nesse sentido, visando reforçar a tese da unidade e aprofundamento teórico-conceituais de Marx, iremos utilizar distintas citações de variados trabalhos, demonstrando que a revisão e abandono de determinados termos não é sinônimo de um abandono das preocupações fundamentais surgidas em seus trabalhos de juventude. Embora tenhamos noção do uso indiscriminado de citações, tal medida aqui é utilizada tendo como objetivo específico demonstrar que, longe de uma ruptura, ocorre na realidade um aprofundamento teórico-conceitual. Isso devido não às mudanças e novos temas de pesquisa, mas ao desenvolvimento das ideias do autor, fruto das lutas de classes da época da consolidação do modo de produção capitalista e sua influência sobre as demais sociedades.

Entretanto, para consolidar tal argumentação é necessário nos debruçarmos sobre os seus escritos. Diante deste esforço, de antemão, é possível perceber que há uma inextrincável relação entre sua concepção de trabalho, sua teoria da natureza humana e a ressignificação operada no conceito de alienação. Desse modo, antes de partir para a relação entre trabalho não-alienado e trabalho alienado, iniciaremos este tópico com um pequeno resumo sobre como Marx entendia a natureza humana.

O marxismo de Marx é herdeiro da tradição humanista (FROMM, 1975). Um de seus questionamentos fundamentais gira em torno de entender o que é o ser humano, e de como sua essência se manifesta nas distintas épocas da história das sociedades. Destarte, a concepção de natureza humana em Marx parte das relações sociais concretas existentes, dos indivíduos ativos e reais que produzem e reproduzem sua vida material. A aurora da humanidade é marcada por relações sociais e de produção caracterizadas pela inexistência de exploração e dominação de classe entre os seres humanos. Partindo dessa premissa, podemos identificar no pensamento de Marx que o conjunto das relações sociais concretas é o fundamento para entender a essência, isto é, a determinação fundamental do ser humano. Já nas suas *Teses sobre Feuerbach*, escritas no ano de 1845, temos que “[...] a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX, 2004, p. 109).

Assim, Marx percebe que nas distintas sociedades, e acima de tudo nas sociedades de classes, a natureza humana se manifesta de formas diferentes ao longo da história. Os seres humanos passam a produzir e reproduzir sua vida social tendo como outro critério que não mais as necessidades autênticas da humanidade, correspondentes ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Tal pressuposto implica na crítica dos pensadores que

defendem que a natureza humana corresponde à sua manifestação dominante numa dada sociedade; em outras palavras, a natureza humana é deturpada<sup>1</sup> com o surgimento dos modos de produção baseados nos antagonismos de classe. Em *O Capital*, o próprio Marx irá polemizar com Jeremy Bentham, ideólogo<sup>2</sup> do utilitarismo, demonstrando que a natureza humana se manifesta de forma contrastante e conflitiva em determinadas fases da história:

O princípio da utilidade não foi invenção de Bentham. Ele só reproduziu, sem espírito, o que Helvetius e outros franceses do século XVIII tinham dito espiritualmente. Se por exemplo se quer saber o que é útil a um cachorro, precisa-se pesquisar a natureza canina. Essa natureza não se pode construir a partir do “princípio de utilidade”. Aplicado ao homem, isso significa que se se quer julgar toda a ação, movimento, condições, etc. humanos segundo o princípio da utilidade, trata-se primeiramente da natureza humana em geral e depois da natureza humana historicamente modificada em cada época. Bentham não perde tempo com isso. Com a mais ingênua *secura* ele supõe o filisteu moderno, especialmente o filisteu inglês, como o ser humano normal. O que é útil para esse original homem normal e seu mundo é em si e para si útil. E por esse padrão ele julga então passado, presente e futuro (MARX, 1996, p. 241).

Desse modo, as relações sociais e de produção correspondentes à natureza humana são aquelas baseadas na autêntica satisfação das necessidades humanas, o que indica uma unidade entre a aparência e a essência dos fenômenos sociais (isto é, a forma pela qual a realidade se apresenta imediatamente ante os sentidos humanos e a determinação fundamental, aquilo que constitui a realidade, possuindo outras determinações histórico-sociais). Ocorre que nas sociedades de classes tal coincidência entre a aparência e a essência deixa de existir: daí a necessidade de, mediante o processo de abstração, reconstituir as determinações da realidade no pensamento, buscando partir do concreto, isto é, da síntese das múltiplas determinações presentes na realidade<sup>3</sup>. É imperioso ressaltar que em Marx

---

<sup>1</sup> Já num artigo escrito sobre a liberdade de imprensa e sobre a censura à comunicação no início dos anos de 1840, Marx deixa nítida sua correspondência entre natureza humana e liberdade (quer dizer, ausência de relações sociais fundadas na exploração e dominação de classe): “A liberdade é a tal ponto a essência do homem que mesmo seus opositores o reconhecem, posto que a combatem; querem apropriar-se da joia mais cara, que eles não consideram a joia da natureza humana” (MARX, 1999, p. 47).

<sup>2</sup> A ideologia é um sistema de pensamento ilusório; é uma forma de pensamento complexo que, no capitalismo, é produto da ação da intelectualidade, classe auxiliar da burguesia. Com a emergência da sociedade de classe (produto da cisão entre trabalho manual e intelectual, com a valoração extremada deste último em detrimento do primeiro) emergem os ideólogos, produtores das ideologias. Marx e Engels (2004) distinguem entre ideólogos ativos (ou seja, que efetivamente produzem e sistematizam determinadas ideologias) e passivos (que se limitam à reprodução, por vezes acrítica, de determinadas ideologias). Portanto, no caso de Jeremy Bentham, estamos diante de um ideólogo ativo, criador da ideologia utilitarista.

<sup>3</sup> “A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo,

tanto a essência quanto a aparência dos fenômenos são constituídas historicamente, portanto transitórias e finitas tanto quanto a realidade que lhes expressa<sup>4</sup>.

Segundo Fromm (1975), Marx busca elaborar a distinção entre natureza humana em geral e natureza humana efetivamente manifesta em cada sociedade fazendo a distinção entre impulsos/apetites humanos fixos e relativos. Os impulsos/apetites humanos fixos são parte integrante da natureza humana, os quais variam somente na forma e direção assumidas nas diversas sociedades humanas: exemplos de impulsos/apetites humanos fixos seriam a fome e o sexo. Já os impulsos/apetites humanos relativos não integram a natureza humana, devendo sua emergência a determinadas relações sociais de produção e reprodução da vida material. Este é o caso do dinheiro, cuja necessidade é produto da consolidação do modo de produção capitalista ao redor do globo:

A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A *quantidade* de dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade importante; assim como ele reduz toda entidade a uma abstração, assim se reduz no seu próprio desenvolvimento a uma entidade *quantitativa*. O excesso e a não-moderação tornam-se a sua verdadeira medida. É o que se manifesta no plano subjetivo, em parte porque a expansão dos produtos e das necessidades se transforma em subserviência engenhosa e sempre baseada em apetites inumanos, corrompidos, antinaturais e fantasiosos (MARX, 2003, p. 149, grifos no original).

Tal raciocínio conduz ao entendimento de Marx, segundo o qual é com base na historicidade e especificidade histórica dos fenômenos sociais que podemos perceber a diferença entre a natureza humana em geral e sua manifestação em cada sociedade humana. Ademais, é com o surgimento das sociedades de classes que a distinção acima mencionada se manifesta, vide o exemplo da necessidade do dinheiro: produto de uma sociedade específica, a qual manifesta a corrupção e deturpação das verdadeiras necessidades humanas. Contudo, quais são as premissas para a constituição da história humana e, por conseguinte, da natureza humana? Em *A Ideologia Alemã*, Marx busca explicitar os pressupostos que fundamentam sua concepção de natureza humana:

---

sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso.” (MARX, 1978, p. 116).

<sup>4</sup> “Os mesmos homens que estabelecem relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, produzem igualmente os princípios, as ideias, as categorias, conforme suas relações sociais. Dessa maneira, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que expressam. São *produtos históricos e transitórios*. [...] As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo.” (MARX, 2008, pp. 135-136, grifos no original).

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontram como as que produziram pela sua própria ação. [...] A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. O primeiro ato *histórico* destes indivíduos pelo qual se distinguem dos animais não é o de pensarem, mas o de começarem a *produzir os seus meios de vida*. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização física destes indivíduos e a relação que por isso exige com o resto da natureza. Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na constituição física dos próprios homens, sem as condições naturais que os homens encontraram – as condições geológicas, hidrográficas, climáticas e outras. Mas estas condições não condicionam só a organização original, espontânea, dos homens, nomeadamente as diferenças raciais, mas também todo o seu desenvolvimento ou não desenvolvimento posteriores até os nossos dias. Toda a historiografia tem de partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da História pela ação dos homens. Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a **produzir** os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua própria organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2004, p. 14-15, grifos no original).

Desta forma, as premissas de Marx apontam para a existência de indivíduos reais, em sua ação recíproca diante das condições materiais encontradas por estes indivíduos e daquelas resultantes de suas relações. Os seres humanos, diferentemente dos animais, conseguem produzir os seus meios de vida a partir de sua relação com a natureza. E essa é a sua especificidade: o trabalho enquanto potencialidade viva, criadora e atividade própria da espécie humana. Diante disso, as premissas elencadas por Marx apontam para a constituição corporal (corporeidade) dos seres humanos, as relações que estes estabelecem entre si e com a natureza como determinações para entender como se manifesta a natureza humana na história das distintas sociedades:

[...] temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem fazer história. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2004, p. 30-31).

É interessante perceber que, no manuscrito dedicado ao trabalho alienado, Marx já esboça sua concepção materialista da história ao distinguir os seres humanos dos demais

animais, colocando o trabalho enquanto sinônimo de atividade distintiva do ser humano enquanto ser genérico, isto é, membro da espécie humana. Neste mesmo texto, o fundador do marxismo percebe como o trabalho alienado inverte essa relação, desvirtuando a atividade humana de um fim em si mesmo (satisfação das necessidades e desenvolvimento das potencialidades adormecidas na humanidade) para um meio para satisfação da sua existência imediata, que serve à manutenção das necessidades básicas, descendo ao nível da miséria. Isso implica reconhecer que, com a emergência das sociedades de classes, o trabalho deixa de ser uma potencialidade real e necessidade autêntica dos seres humanos, tornando-se um simples meio para satisfazer suas necessidades básicas do trabalhador no contexto de uma sociedade desumanizada:

O animal identifica-se prontamente com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a *sua própria atividade*. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida. Ela não é uma deliberação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por este motivo é que ele é um ser genérico. Ou então, só é um ser lúcido, ou melhor, a sua vida é para ele um objeto, porque é um ser genérico. Exclusivamente por este motivo é que a sua atividade surge como atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua *existência*. [...] Sem dúvida, o animal também produz. Ergue um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é absolutamente necessário para si ou para seus filhotes; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz somente sob a dominação da atividade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objeto; assim, o homem constrói também de acordo com as leis da beleza. É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica ativa. Por meio dela, a natureza nasce como a sua obra e a sua realidade. Em consequência, o elemento do trabalho é a *objetivação da vida genérica do homem*: ao não se reproduzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado (MARX, 2003, p. 116-117, grifos no original).

Tais considerações apontam para o seguinte entendimento: a) o trabalho, ou seja, a produção dos meios de vida é para Marx sinônimo de uma atividade humana que distingue

o ser humano dos animais, uma atividade que lhe permite manifestar as suas características enquanto membro desta espécie; b) o ser humano, por intermédio do trabalho, desenvolve suas potencialidades e cria um mundo novo, ao transformar a natureza e produzir sua vida material de acordo com sua natureza, o que implica dizer que o trabalho é um elemento fundante da espécie humana; c) o trabalho alienado perverte a potencialidade livre e criadora da espécie humana, convertendo aquilo que era um fim em si num meio para a satisfação de necessidades existenciais, isto é, condicionadas pela reprodução de um modo de produção calcado no antagonismo de classes.

É possível perceber na citação acima a influência de alguns termos filosóficos, os quais Marx irá depurar ao longo de sua trajetória intelectual: um reforço desta interpretação pode ser encontrado em *O Capital*, quando ele inicia a discussão entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Nesta que é considerada a grande obra do fundador do marxismo (dedicada à análise do modo de produção capitalista), há uma retomada e aprofundamento da distinção entre animalidade e humanidade, trabalho enquanto potencialidade criadora e livre da espécie humana mediante a transformação da natureza e a ação recíproca dos seres humanos, a qual é fundamentalmente modificada com o aparecimento da alienação no processo de produção capitalista:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas próprias forças a seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos

esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios (MARX, 1983, p. 149-150).

Desse modo, o trabalho em Marx é entendido como uma atividade consciente, correspondente ao processo no qual o ser humano fixa de antemão um objetivo final antes mesmo de executar sua atividade. O trabalho, sinônimo de atividade humana, é uma relação social que junto da cooperação funda a espécie humana. Isso implica dizer que o ser humano se humaniza mediante o trabalho, entendido enquanto unificação entre uso dos meios de trabalho e os fins alcançados por intermédio de sua atividade no processo de trabalho:

A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. As próprias mercadorias de luxo são, de todas as mercadorias, as menos significativas para a comparação tecnológica de diversas épocas de produção. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. [...] No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio (MARX, 1983, p. 151).

Assim, o trabalho objetivado é a objetivação da atividade humana, é uma relação social onde os seres humanos controlam o produto de seu trabalho e o ato da produção no interior do processo de trabalho. Nesse processo, por conseguinte, eles desenvolvem suas potencialidades via satisfação de diversas necessidades, desde as mais fundamentais até aquelas ligadas ao desenvolvimento de outras potencialidades. O conceito<sup>5</sup> de natureza

---

<sup>5</sup> O termo conceito é por nós entendido como expressão da realidade. Os conceitos são produções humanas, históricas, complexas tais como a realidade social que eles expressam e da qual são totalmente dependentes. Os conceitos emergem graças às necessidades produzidas pelo constrangimento das relações sociais. Existem os conceitos universais (tais como modo de produção, cuja existência remete a todas as sociedades historicamente constituídas pela humanidade), os conceitos singulares (é o caso do conceito de mais-valor, forma de extração de mais-trabalho e relação de exploração existente apenas nas sociedades capitalistas, seja em sua forma privada ou estatal), os conceitos expressivos (que são expressão de uma realidade existente) e os conceitos antecipadores (expressão de uma realidade que ainda não existe, uma possibilidade histórica já

humana expressa o conjunto das necessidades e potencialidades humanas, que por sua vez se manifestam por intermédio das atividades humanas: o trabalho não-alienado, a liberdade. Todavia, o trabalho é pervertido com o surgimento da divisão social do trabalho e da propriedade privada – relações sociais que emergem especificamente nas sociedades de classes e chegam ao seu auge no capitalismo; seu sentido original é deformado e ele deixa de ser objetivação, tornando-se alienação:

A divisão do trabalho oferece-nos logo o primeiro exemplo de como, enquanto os homens se encontram na sociedade natural, ou seja, enquanto existir a cisão entre o interesse particular e o comum, enquanto, por conseguinte, a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se torna para este um poder alheio e oposto que o subjuga, em vez de ser ele a dominá-la. É que assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; [...] Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto como força objetiva acima de nós que escapa ao nosso controle, contraria as nossas expectativas e aniquila nossos cálculos, é um dos fatores principais do desenvolvimento histórico até os nossos dias (MARX; ENGELS, 2004, p. 38-39).

É na seção dedicada ao trabalho alienado, presente o primeiro Manuscrito, que Marx desenvolve sua análise deste processo. Ele critica a Economia Política por ocultar a alienação característica do trabalho por não analisar a relação entre o trabalho, o trabalhador e a produção. Partindo do trabalho para entender a constituição da propriedade privada em virtude do desenvolvimento histórico da divisão do trabalho (e não o seu contrário, como fazem os economistas políticos), Marx percebe que a alienação do trabalho (a atividade prática humana) se manifesta de forma intrincada: a) na relação do trabalhador com o produto do trabalho, pois este se torna algo estranho e que passa a dominá-lo sendo que tal relação se estende ao mundo externo e aos objetos da natureza, tidos como estranhos e hostis; b) na relação do trabalho no processo de produção (ou seja, no ato do trabalho), uma vez que a atividade do trabalhador não lhe pertence, lhe é independente e se dirige contra o desenvolvimento de suas potencialidades; c) na relação do ser humano com o conjunto da espécie, posto que sua atividade enquanto ser genérico (ou seja, membro da espécie humana, que guarda em comum a característica de mediante o trabalho produzir e reproduzir os seus

---

presente numa consciência antecipadora e indissociável de um projeto político, isto é, um conceito possível por ser expressão de uma realidade possível, uma potencialidade histórica que, a depender da realidade social, pode ou não se concretizar). A respeito da concepção marxista do conceito, conferir Viana (2007).

meios de vida) torna-se algo estranho, um simples meio para satisfazer sua existência individual imediata; em virtude disso, os demais seres humanos – bem como o conjunto do produto de suas atividades, isto é, a totalidade do produto do trabalho humano – passam a ser considerados estranhos e hostis:

Mas em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (MARX, 2003, p. 116, grifos no original).

No capitalismo a divisão social do trabalho se complexifica ainda mais, promovendo o surgimento de novas classes sociais e frações de classes e, por conseguinte, conflitos entre as distintas classes sociais. Marx alerta que a gênese deste processo advém do fato de os trabalhadores não produzirem para si mesmos, e sim para a classe capitalista. Com o fim da divisão rudimentar do trabalho (entre sexo e idade) e o início da divisão social do trabalho (fundada na cisão entre trabalho manual e intelectual) emerge a propriedade privada. Este processo é resultado necessário e um produto direto da generalização do trabalho alienado. No interior do processo de trabalho, o trabalhador é controlado pelo não-trabalhador (isto é, pelo conjunto da classe capitalista). Do mesmo modo, o produto final de seu trabalho e a distribuição deste último pertencem ao não-trabalhador:

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos particulares. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, o trabalhador (MARX, 1983, p. 154).

Diante do que foi colocado, podemos concluir que a natureza humana em Marx diz respeito ao conjunto das necessidades e potencialidades humanas, satisfeitas e desenvolvidas mediante o trabalho enquanto atividade livre e criadora, que humaniza e unifica a espécie humana. Contudo, com a emergência das sociedades de classes (e mais ainda com a consolidação do capitalismo, a mais desenvolvida das sociedades classistas) o trabalho perde seu caráter positivo e se torna uma relação social caracterizada pela mortificação e exteriorização da atividade humana: isso porque a produção e reprodução da vida material não mais se baseiam na satisfação das necessidades e desenvolvimento das potencialidades humanas, mas sim em interesses particulares e transitórios, que não correspondem à essência do ser humano.

### **Considerações finais**

No presente artigo foi realizado um esforço em revisar o conceito de alienação nas obras de Marx, conceito este que possui centralidade em diversos de seus escritos e também é parte componente de sua principal obra, *O Capital*. Chama a atenção o fato de que o conceito não se encontra alocado dentro de um pensamento apenas filosófico, ou ainda, apenas científico. No manuscrito dedicado ao trabalho alienado, Marx já traz sua concepção materialista da história ao distinguir os seres humanos dos outros animais, o trabalho é algo que distingue o ser humano enquanto ser genérico.

Já o trabalho alienado que emerge nas sociedades de classes e no capitalismo é levado às suas últimas consequências. Trata-se da total perversão e deformação da essência do trabalho, executado como uma força hostil que mutila o ser humano, no contexto de uma sociedade fundada em relações de exploração, dominação, nas quais a alienação torna-se generalizada. Nestas sociedades de classes, e no capitalismo em especial, temos um conjunto de relações sociais marcadas pela impossibilidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, exatamente por desvirtuar a atividade humana (o trabalho) de um fim em si mesmo, para uma atividade de satisfação da sua existência imediata (os meios de sua sobrevivência).

O fenômeno social da alienação no capitalismo invadiu todos os aspectos da vida. Podemos falar de uma alienação generalizada, que surge nos ambientes de trabalho e se expande para a vida privada, representações, cultura etc. Assim, como colocado por Fromm (1975), cada vez mais a população manipula homens e símbolos ao invés de máquinas. Marx

defendia a emancipação da classe operária porque a alienação emerge no processo de produção capitalista. Por isso, a emancipação humana se manifesta como emancipação dos trabalhadores.

Mais importante do que um termo que esteve presente desde suas primeiras obras é a permanência das relações sociais inautênticas e da desumanização que o conceito de alienação elaborado por Karl Marx expressa. Por esta razão, ele continua extremamente atual e fornece uma contribuição fundamental para a explicação da realidade em suas múltiplas determinações no capitalismo, tais como estas se manifestam na sua contemporaneidade, posto que marcado pelo signo da alienação generalizada.

## Referências

- FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã e Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- VIANA, Nildo. A concepção dialética do conceito. In: *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. A alienação como relação social. In: *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*. UEG/UnU Iporá, v. 1, n. 2, p. 23-42 – jul/dez 2012.